

Unidade de execução

VILA NOVA DE FAMALIÇÃO

ÍNDICE

1.	DESCRIÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO	. 3
2.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO	. 3
3.	CRITÉRIOS DE IMPLANTAÇÃO	. 5
4.	SOLUÇÃO URBANÍSTICA PROPOSTA	. 5
5.	ASPETOS GERAIS DA CONSTRUÇÃO	8
6.	FOTOGRAFIAS DO LOCAL	8
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	10

1. DESCRIÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO

O presente Relatório e fundamentação, refere-se a um **pedido de delimitação de uma unidade de execução**, destinados a **Habitação Unifamiliar**, localizada no Rua Dom Rodrigo de Moura Teles, freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão, a pedido de **Distância Primordial Lda**, com o NIPC 517288680, com Sede na Rua Papa João Paulo II, nº 768, freguesia de Lemenhe, concelho de Vila Nova de Famalicão.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO

De acordo com as plantas do PDM da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, o local da pretensão está inserido em duas zonas: zona de espaço residencial urbanizável e uma parte reduzida em zona de Espaço Florestal de recreio.



Fig. 1 - Planta de Ordenamento – Qualificação Funcional e Operativa do Solo

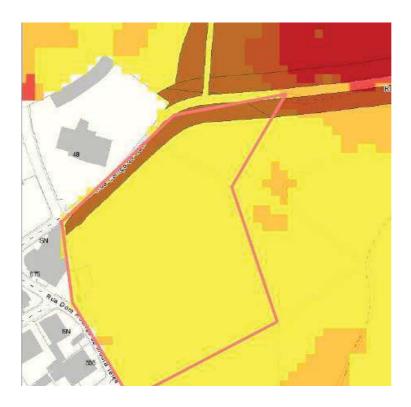


Fig. 2 - Extrato de Planta de Condicionantes

É confrontante a Norte e a Poente com o caminho público, a sul com Adelino Adélio dos Santos e outro e a nascente com Herdeiros de Adelino Adélio dos Santos.

No que toca à sua extensão, este terreno apresenta uma área de 12832,00m² e um declive de 9,00 m desde a sua cota mais alta até à sua cota mais baixa.

O terreno insere-se na UOPG1.13 - São Miguel-o-Anjo

- 1 Objetivos programáticos:
- a) Pretende-se promover a proteção do imóvel de Interesse Público Castro São Miguel-o-Anjo;
 - b) Propõe-se ainda a expansão do aglomerado a sul, até à EN14;
- c) Deverá ser respeitada a estrutura viária prevista na Planta de Ordenamento I – Qualificação Funcional e Operativa do Solo.
 - 2 Indicadores e parâmetros urbanísticos:

Os parâmetros urbanísticos a adotar para esta área são os constantes na Planta de Ordenamento I – Qualificação Funcional e Operativa do Solo e no Regulamento.

3 – Forma de execução:

A execução deverá ser realizada através de operações urbanísticas enquadradas por uma ou mais Unidades de Execução ou Plano de Pormenor.

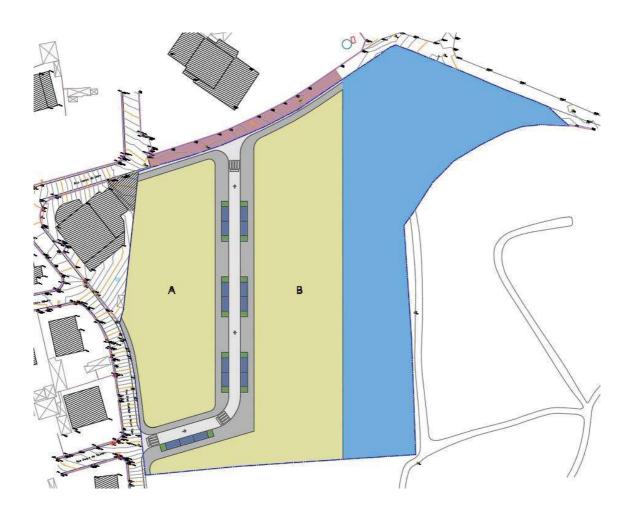
3. CRITÉRIOS DE IMPLANTAÇÃO

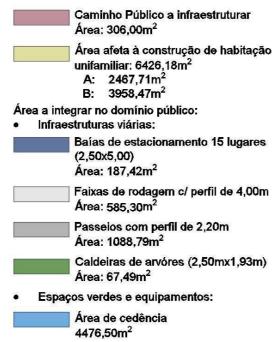
A implantação deste loteamento foi pensada de forma a tirar melhor aproveitamento e valorização do plano urbanístico, propondo integrar os volumes habitacionais com a sua envolvente, implantando-se de acordo com a morfologia do terreno. Cumpre desta forma com todos os requisitos legislativos, procurando estabelecer a melhor relação possível com a Rua Dom Rodrigo de Moura Teles.

4. SOLUÇÃO URBANÍSTICA PROPOSTA

O desenvolvimento desta solução urbanística proposta partiu da vontade do requerente em projetar um loteamento, com recurso a várias análises, estudos perspéticos e volumétricos foi-nos possível chegar a uma solução que foi amplamente debatida de forma correta e saudável com o cliente.

A conceção desta composição teve em atenção as condicionantes relativamente as normas legais e regulamentares aplicáveis, sempre em concordância com os afastamentos ao limite do terreno e às suas construções vizinhas, bem como com a conceção do espaço interior. Com esta implantação procuramos ainda tirar o máximo proveito da exposição solar.





Área total a ceder ao domínio público : 6405,50m²

Fig. 3 – Solução urbanística proposta

A proposta de unidade de execução insere-se apenas na zona do terreno de espaço residencial urbanizável e prevê duas parcelas de loteamento com destino a habitações unifamiliares, com uma área total de 6426,18m². Prevê ainda novos arruamentos, passeios e estacionamentos com arborização, com um índice máximo de utilização de 7 699,20m².

Uma vez que ainda não foram construídos os arruamentos, como proposta do planeamento urbano de infraestruturas rodoviárias, propomos a continuidade e alargamento do arruamento existente, rua Caniço da Mata a Norte sem interferir com a Z.P. do Castro de São Miguel-o-Anjo. A continuação da rua Duque do Terceiro a Sul. E de forma a ligar estas duas propomos a criação de um novo arruamento de um único sentido entre as parcelas do loteamento de acesso aos lotes, com 4,00m de largura. A área cedida para arruamentos é de 585,30m².

Relativamente aos estacionamentos, dá cumprimento aos critérios previstos no Artigo 37º do RMUE de Vila Nova de Famalicão, com as seguintes dimensões livres mínimas: profundidade de 5,00 metros e 2,50 metros de largura, cedendo à via pública cerca de 187,42 m² para 15 lugares de estacionamento. Está ainda prevista nas baías de estacionamento, zona de arborização com caldeiras de árvores, de acordo com o capítulo 5 do Regulamento Municipal de Gestão de Arvoredo cedendo assim cerca de 67,49m².

Os **passeios** propostos respeitam o Artigo 101º do RMUE, com a medida mínima de passagem, livre de qualquer obstáculo de 2,20m, com uma **área** de cedência de 1088,79 m².

Sobre as áreas de cedência prevista no Art° 43 do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, propõe-se a **cedência para infraestruturas viárias de** 1929,00 m², e espaços verdes e equipamentos de 4476,50 m². Resultando de um total de 6405,50m².

A solução urbanística a implementar deverá cumprir o índice de impermeabilização do solo estipulado no artigo 55° do RPDM, o regime de edificabilidade no que se refere ao índice de utilização estipulado no artigo 73° do RPDM, e nos afastamentos constantes do artigo 34° do RMUE.

5. ASPETOS GERAIS DA CONSTRUÇÃO

5.1. ATERROS/ ESCAVAÇÕES

Tendo em conta a cota de implantação da solução urbanística proposta e o perfil natural deste terreno, serão necessárias algumas movimentações de terras, nomeadamente alguns aterros e algumas escavações, para que o resultado final seja igual ao previsto no Plano Urbanístico de forma a ter o melhor enquadramento na envolvente.

5.2 MUROS

Relativamente aos muros, serão todos construídos de raiz, com altura máxima de 2 metros.

6. FOTOGRAFIAS DO LOCAL







7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, o presente Relatório e fundamentação tem por objetivo apresentar de forma sucinta os principais aspetos e características do Plano Urbanístico bem como o seu enquadramento em todos os aspetos legais.

Ricardo Pontes, arquiteto
04 de julho 2024